

PARA INGLÊS VER
(consulta institucional para reunir
sugestões acerca do PLP n. 205/2012)

Aldemario Araujo Castro
Mestre em Direito
Procurador da Fazenda Nacional
Professor da Universidade Católica de Brasília
Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (pela OAB/DF)
Presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública do Conselho Federal da OAB
Brasília, 26 de setembro de 2013

A comovente e contagiante carta ("consulta institucional para reunir as sugestões" acerca do PLP n. 205/2012) do Excelentíssimo Senhor Advogado-Geral da União rendeu algumas perguntas de colegas advogados públicos federais à minha pessoa.

Não pretendia perder tempo com a dita cuja missiva. Entretanto, o respeito e consideração aos colegas, algo que decididamente não faz parte da personalidade e das ações do Excelentíssimo, me impõem algumas palavras.

Repito, primeiro, a declaração realizada a partir de provocação de jornalista da OAB/DF. Disse: *"Com anos de atraso, contrariado, com receio das posições a serem adotadas pela Comissão de Ética da Presidência da República, pela própria Presidente da República, sob intensa e crescente pressão dos advogados públicos federais, de suas associações representativas e da OAB/DF, o Advogado-Geral da União abriu um limitado debate em torno do PLP 205/2012. Foi parcialmente vencida uma batalha importante. A luta continua para, dentro e fora da AGU, extirpar do projeto inúmeras e profundas inconstitucionalidades,*

além de equívocos existentes, incompatíveis com o Estado Democrático de Direito, instaurado pela Constituição de 1988". O Presidente da OAB/DF, Ibaneis Rocha, foi mais feliz (afinal, ele é o Presidente): "Não são aceitáveis meras enquetes como forma de passar para a sociedade a imagem falsa e cosmética de uma prática democrática verdadeiramente inexistente no âmbito da AGU. O órgão deixa de fora do debate a OAB e as entidades representativas dos advogados públicos federais justamente por conta da firmeza na defesa de uma Advocacia Pública de Estado".

É público e notório que o Excelentíssimo tem longa e tenebrosa folha corrida de desprezo pelos advogados públicos federais. Postura democrática nunca foi o forte do Excelentíssimo. O tempo e a energia do Excelentíssimo, na condução da AGU, sempre foram gastos em ações de acolitismo governamental e construção da "cadeia de comando" doméstica. Planejar os gastos decorrentes dos jetons milionários também tomam tempo ... Aquela tal operação "Porto Seguro" consumiu muita energia e muitos remédios.

O PLP n. 205/2012 foi um capítulo especial na novela mexicana encenada pela valorosa direção da AGU, sob as orientações do farol da Advocacia Pública (o Excelentíssimo, claro). O Dr. Weber (lembram?) foi encarregado de redigir, secretamente, a peça. Debate e discussão só no Congresso Nacional. Cansei de ouvir essa afirmação. A razão do secretismo (digno de Sucupira) foi conhecida quando o projeto aportou no Congresso. A ditadura militar teria dificuldades de gestar uma obra tão autoritária para organizar o funcionamento da AGU (se a instituição existisse nos "anos de chumbo").

O que move o Excelentíssimo na iniciativa de abrir um pálido e limitado "debate" (a rigor, uma coleta de sugestões) em torno do PLP n. 205/2012?

A pressão crescente dos advogados públicos federais

poderia ser a resposta. Não acredito. O Excelentíssimo nunca ligou para os pares (agora chamados de "prezados colegas").

Um súbito ataque de democracia ou conversão para o lado bom da Força seria a explicação? Também não aposto minhas fichas nessa hipótese. Embora possível, é pouquíssimo provável. O despotismo esclarecido é ocorrência única de mil em mil anos.

A hipótese do Dr. Elomar Lobato, Advogado da União, é bastante plausível. Afirmo o colega: *"... se o projeto do Governo já está no Parlamento – as propostas oriundas de enquetes não serão identificadas, obviamente, como algo do Governo, de modo que não terão o impacto necessário para modificar o projeto original. Nessa hipótese, nossas manifestações em enquete (ou seja lá o que for) serão apenas para, repito, fazer andar o projeto do Governo devidamente "legitimado". (...) Por isso, mesmo que não haja fraude na enquete, que nossas manifestações sejam devidamente compiladas e encaminhadas ao relator, pouco representará, já que não é identificado como projeto do governo, mas como "contribuições de Advogados e Procuradores corporativistas".*

Creio, e algumas informações de bastidores confirmam essa linha de raciocínio, que o Excelentíssimo foi advertido por forças superiores acerca do crescente desgaste para o Governo com a postura adotada pela inoxidável direção da AGU. Em suma, a atitude do Excelentíssimo não tem nada a ver com os "prezados colegas". Foi algo PARA INGLÊS VER ... Resta saber quem é o (ou "a") inglês. Tenho minhas suspeitas ...

Ademais, alguém leu Maquiavel para o Excelentíssimo. Digo que alguém leu porque é público e notório uma certa alergia do Excelentíssimo em relação aos livros, ao esforço dos estudos, ao labor intelectual. Trata-se, como se sabe, de um exímio administrador de demandas (que chegam diariamente à AGU, normalmente pela ante-sala).

O acólito provavelmente destacou os seguintes pontos:

"Por isso, um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir".

"Jamais faltaram aos príncipes razões para dissimular quebra da fé jurada".

"... aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar".

Torço para que os que se deixam enganar na AGU sejam poucos (os de sempre): as pobres almas (pobreza de espírito mesmo) que cercam e aflagam o Excelentíssimo.

"Eles passarão, nós passarinho".